



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Tarde demais?

Afastada da Presidência da República e aguardando a segunda votação do processo do impeachment no plenário do Senado, em agosto, que pode tornar a situação definitiva, Dilma Rousseff tem feito uma série de articulações. Entre os movimentos, atos políticos nos estados, entrevistas a veículos nacionais e internacionais e reuniões com movimentos sociais, parlamentares e com dirigentes partidários. Ontem, Dilma participou de reunião com a executiva nacional do PT no Palácio do Alvorada, em Brasília. Segundo o presidente nacional do partido, Rui Falcão, Dilma deve divulgar nos próximos dias uma carta aos brasileiros, “com cerca de três ou quatro” novos compromissos com o país caso ela retorne ao Palácio do Planalto. O documento não deixa de ser uma espécie de Carta ao Povo Brasileiro, texto divulgado por Lula, então candidato à Presidência da República, em 2002, em uma tentativa exitosa de acalmar os mercados financeiros, temerosos com a possibilidade concreta de sua eleição ao Palácio do Planalto, após três tentativas frustradas. Acusada durante o tempo em que esteve na Presidência de ser avessa a questões partidárias e parlamentares, e a contatos diretos com a população, a antes encastelada Dilma agora adota postura totalmente distinta na tentativa de reverter a situação desfavorável ao seu retorno à Presidência. Talvez, no entanto, a mudança tenha ocorrido tarde demais.

Dilma faz vaquinha para bancar viagens

Rui Falcão confirmou ontem a informação de que será lançada uma vaquinha para custear as viagens de Dilma pelo país. Será lançada ainda esta semana por duas amigas de Dilma uma campanha de financiamento coletivo on-line, conhecida como *crowdfunding*, com arrecadação pelo site Catarse. Após parecer da Casa Civil, o governo do interino Michel Temer restringiu o uso pela presidente afastada de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Os trajetos fora da rota Brasília-Porto Alegre deverão ser ressarcidos.

Governo aprova LDO com duas dissidências

O governo aprovou no plenário da Assembleia, por 25 votos a favor e 20 contra, a Lei de Diretrizes Orçamentárias com o texto original. A proposta estabelece o congelamento, pelo segundo ano consecutivo, do custeio e dos salários para todos os poderes em 2017. Para distensionar relações e minimizar resistências dos poderes, líderes de partidos da base garantiram a manutenção do diálogo sobre o tema no ano que vem. Por ora, está descartada possibilidade de questionamentos no campo jurídico. Entre os aliados presentes na sessão, apenas Enio Bacci e Eduardo Loureiro, ambos do PDT, votaram contra o texto. Com aprovação da LDO, o Executivo deve anunciar amanhã as medidas do pacote de segurança. Segunda-feira, em reunião com a base, o governador José Ivo Sartori havia vinculado o lançamento do pacote à aprovação da LDO.

Sem limites

A corrupção e a criatividade usada para furtar os cofres públicos no Brasil parece não ter limites. Não bastassem os desdobramentos da Lava Jato, que está desestruturando a República, a Polícia Federal deflagrou a Operação Boca Livre. Os alvos são fraudes em cerca de 250 contratos da Lei Rouanet, desde 2001.

APARTES

- A Assembleia concederá o título de deputado emérito a Francisco Turra. A decisão foi tomada ontem, em reunião da mesa diretora, por indicação do líder da bancada do PP, Frederico Antunes. Turra é ex-deputado estadual e ex-ministro da Agricultura. A homenagem deverá ser feita ainda este ano.
- O governador José Ivo Sartori convidou a bancada federal gaúcha para almoço no Piratini, segunda-feira. Na pauta, a dívida do Estado com a União.
- O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, será ouvido amanhã pela 2ª Vara de Justiça Federal em Canoas em ação civil pública de improbidade na qual é réu. O magistrado do caso, Felipe Leal, recusou o pedido do ministro para que a oitiva fosse transferida. A ação, de autoria do Ministério Público Federal em Canoas, foi ajuizada em dezembro de 2014, pelo procurador da República Jorge Sodré.
- Especialista em direito eleitoral, Antônio Augusto Meyer dos Santos lança hoje, às 18h30min, no Senado, o livro “Campanha Eleitoral – Teoria e prática”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Proposta que congela orçamento é aprovada

MARCELO BERTANI / AL / CP

Lei de Diretrizes Orçamentárias mantém limitação de despesas em todas as áreas do Estado em 2017

A Assembleia aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, por 25 a 20 votos. O texto determina o congelamento dos índices de custeio e investimentos para os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos mesmo patamares do ano passado. A LDO aprovada também restringe o reajuste salarial dos servidores de todos os poderes e órgãos autônomos do Estado ao crescimento vegetativo da folha de pagamentos, em 3%.

A aprovação foi bastante comemorada por lideranças da base do governo no parlamento. “É a consolidação de um dos importantes planos do governador José Ivo Sartori (PMDB)”, afirmou o deputado Gabriel Souza (PMDB), líder do governo na Assembleia. Segundo o deputado, a LDO representa “instrumento de suporte à busca do equilíbrio orçamentário”, classificou.

Para Souza, o congelamento é agenda positiva, “pois irá permitir que os eventuais incrementos sobre a receita sejam aplicados para restabelecer a capaci-



Gabriel Souza (C), líder do governo, festejou aprovação da proposta de Sartori

dade de gestão de investimentos”, acrescentou.

O texto aprovado, no entanto, sofreu críticas durante todo o seu processo de tramitação. Foi alvo de muitos questionamentos feitos pelos poderes, sobretudo o Judiciário, que alerta para o risco da precarização em sua estrutura de serviços. “Vai trazer reflexos muitos ruins, principalmente nas comarcas do Interior, onde faltam funcionários e existem poucos magistrados. O Judiciário precisa de mais pessoal, precisa fazer concurso para isso. Não será possível com este congelamento”, lamentou o presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer. Ele disse, contudo, esperar que os decretos de

suplementação orçamentária atinjam, neste ano, também os outros poderes. “Não pode favorecer só o Executivo”, considerou Schäfer.

A expectativa do presidente da Ajuris é compartilhada por parte dos deputados. Integrante da base, o líder da bancada do PSB, Elton Weber, afirmou que a suplementação em 2017 deverá favorecer os serviços essenciais e depois ser distribuída entre as necessidades dos poderes e órgãos estaduais. O presidente da Comissão de Finanças, Ronaldo Santino (PTB), alertou para o risco de judicialização da LDO, já que “a reposição da inflação é um dispositivo constitucional”, lembrou Santino.

Delator cita propina a peemedebistas

Nova delação premiada, firmada com a Procuradoria-geral da República (PGR), aponta o pagamento de propinas milionárias para senadores do PMDB, entre eles o presidente do Congresso, Renan Calheiros, Romero Jucá e Eduardo Braga.

Nelson Mello, ex-diretor de Relações Institucionais do Grupo Hypermarcas, afirmou em depoimento aos procuradores, em

fevereiro, que pagou R\$ 30 milhões a dois lobistas com trânsito no Congresso para efetuar os repasses. Lúcio Funaro e Milton Lyra seriam os responsáveis por distribuir o dinheiro para os senadores do PMDB.

A PGR vai pedir ao STF que as afirmações envolvendo os políticos sejam investigadas. O relato não é alvo de inquérito na Operação Lava Jato. A propina

se refere à atuação de parlamentares na defesa de interesses da empresa no Congresso.

Segundo o delator, Lúcio Funaro se dizia “muito próximo” ao deputado Eduardo Cunha (PMDB), e de outros peemedebistas da Casa. Já Milton Lyra afirmava agir em nome dos senadores “da bancada do PMDB” que teriam sido destinatários da maior parte da propina.

direto ao ponto

Pré-sal: pedido de vista adia votação

■ Um pedido de vista coletivo adiou para a próxima semana a votação do relatório da comissão especial da Câmara dos Deputados destinada a discutir a Lei da Petrobras e Exploração do Pré-sal, que estava prevista para ontem. A comissão volta a se reunir no dia 5 para votar o parecer do relator, José Carlos Aleluia (Dem), sobre o projeto que retira da estatal a obrigatoriedade de participar da extração de petróleo da camada Pré-sal.

PSol questiona Temer sobre reunião com Cunha

■ Deputados do PSol elaboraram, ontem, um requerimento de informação questionando o governo sobre o encontro do presidente interino Michel Temer (PMDB) com o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). O requerimento, que deve ser respondido em até 30 dias, é endereçado ao ministro Geddel Vieira Lima, da Secretaria de Governo. Temer recebeu Cunha na noite de domingo no Palácio do Jaburu. O encontro não estava na agenda de Temer.

Tesouro não negociará dívida dos municípios

■ O governo Temer não abrirá novas negociações de dívidas dos municípios nos moldes das renegociações com os estados. Segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, não existe espaço fiscal para novas concessões por parte da União, e as prefeituras já estão sendo beneficiadas pela troca dos indexadores das dívidas. A meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões para este ano não comporta nenhuma renegociação de dívidas.